

A FAMÍLIA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO SURDO JOVEM E ADULTO.

Andreia Cristina Alves Pequeno¹

Ao longo de alguns anos de experiência profissional com a educação de jovens e adultos surdos, podemos identificar algumas questões cruciais que carecem de reflexão, discussão, pesquisa e encaminhamentos, de forma a construir novas alternativas que efetivamente colaborem com o processo de educação e participação social das pessoas surdas na sociedade brasileira.

Dentre estas questões, apreciaremos aqui a relação educando jovem adulto x família x profissionais da educação.

Quando pensamos na educação de crianças, possivelmente pode-se considerar unânime a defesa da importância da presença da família neste processo. No entanto, quando se trata da educação de jovens e adultos, a participação da família situa-se frente a posturas dicotômicas e contraditórias, provenientes de todos os sujeitos sociais que compõem o cenário da educação. E isto é observável no cotidiano, no discurso e nas ações das pessoas.

Os alunos, quando cobrados no seu empenho escolar, reclamam da ausência de apoio da família para ajudá-los a estudar em casa, acusando-os de falta de interesse, colaboração e compreensão com suas necessidades. Por outro lado, quando a escola solicita a presença da família para atendimentos profissionais ou eventos internos na escola, como festas e debates, os alunos afirmam ser dispensável a presença da mesma, pois já respondem por si, se representam, e não querem se tutelados. Diversas vezes, sequer entregam os convites ou convocações.

Os profissionais, frente a algumas situações recorrem à família, abordando questões referentes ao alunado, o que caracteriza a necessidade de interação entre escola/família, mas ao mesmo tempo, tende a excluir o corpo discente das reflexões e deliberações que lhe dizem respeito, reforçando a concepção de infantilização do educando surdo e a tutela familiar. Em outros momentos, transforma o aluno no único responsável por tudo, desconsiderando que o apoio familiar é fundamental para o bom desempenho escolar e social.

A própria família não possui uma definição no trato com o educando, ora o abandona e diz-se cansada de tanta dedicação e poucos frutos, ora o considera ineficiente para cuidar de si assumindo comportamentos superprotetores que impedem seu amadurecimento enquanto pessoa e acentua de forma negativa o aspecto da surdez.

Diante deste quadro complexo, e considerando que a família não é apenas um grupo primário ou a célula básica da sociedade, mas uma instituição historicamente determinada que tem papel fundamental no processo de socialização com vistas a atender as necessidades da sociedade, surgiu a idéia de recriar o trabalho com famílias. No entanto, não queríamos mais um espaço para tratar dos problemas dos alunos ou para transmitir informações administrativas e burocráticas — não que isto não seja importante — mas defendemos que a relação família/escola não pode sofrer tal redução, precisamos enriquecê-la com questões de outra natureza.

¹ *Assistente Social do INES*

Entendemos que a realidade é construída socialmente a partir das relações que os homens mantêm entre si, e que as ações humanas impregnadas de conteúdos político-ideológicos são direcionadas ao alcance de determinados objetivos. Desta forma, desejávamos um espaço para compartilhar e refletir sobre os medos, anseios, expectativas, dúvidas, conquistas, decepções, sentimentos e o saber de profissionais e familiares, com o objetivo de colaborar com a melhoria do relacionamento entre alunos/familiares/profissionais e identificar novos elementos que subsidiem a intervenção profissional.

No início de 1999, a idéia foi se concretizando em ação. Diante das características institucionais, e como não sabíamos qual seria a receptividade, optamos por atuar inicialmente apenas com as famílias do corpo discente do C.A. até a 4ª série, segmento este que oficialmente representa o começo do processo de escolarização. A participação das professoras de turma, das professoras responsáveis pela orientação pedagógica e pela chefia administrativa do segmento foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Quanto ao alunado, implementamos um trabalho de conquista, para que aderisse à nossa proposta. Ele era o nosso canal inicial de contato com as famílias e lhe cabia entregar os convites e sensibilizar os convidados para que comparecessem ao primeiro encontro, que foi agendado para o turno da noite, a fim de que não houvesse problemas quanto a seus horários de trabalho.

Os encontros ocorreram mensalmente, sempre à noite, e tiveram significativa participação das famílias, tendo comparecido mães, pais, avós, tios e irmãos, que muito valorizaram a oportunidade, muitas vezes inédita, de abordar questões referentes ao significado do convívio com uma pessoa surda e de aproximação efetiva com a escola.

Os temas, sugeridos pelos profissionais e também pelos familiares, foram abordados através de vídeos, textos, palestras expositivas, discussões e dinâmicas. Dentre estes destacamos:

- Conhecimento da instituição escolar;
- Escolarização — dificuldades e possibilidades;
- Educação — escola especial e inclusão;
- Dificuldades de comunicação — Língua Portuguesa e Língua de Sinais;
- Instituições de representação dos surdos;
- Mercado de trabalho;
- Repercussões da descoberta da surdez no seio da família;
- Surdez — preconceito e sociedade;
- Outros.

Avaliando a experiência, a consideramos bastante proveitosa, pois evidenciou que embora se trate da educação de jovens e adultos surdos, a família é fundamental neste processo; não para responder por eles, tutelando-os e impedindo seu amadurecimento pessoal, mas sendo sujeito que pode, ao melhor compreender as questões que envolvem a realidade de uma pessoa surda, construir com esta um relacionamento sólido e afetivo e agir na defesa de seus interesses e necessidades, de forma a colaborar com o processo de construção da cidadania desta parcela da população, que historicamente vem sendo alvo de discriminações e exclusões.